

No. 47161

—
**South Africa
and
Mozambique**

Agreement between the Government of the Republic of South Africa and the Government of the Republic of Mozambique regarding the waiver of visa requirements for holders of ordinary passports. Pretoria, 15 April 2005

Entry into force: *29 April 2005 by notification, in accordance with article 9*

Authentic texts: *English and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *South Africa, 16 February 2010*

—
**Afrique du Sud
et
Mozambique**

Accord entre le Gouvernement de la République sud-africaine et le Gouvernement de la République du Mozambique relatif à la suppression de visas pour les détenteurs de passeports ordinaires. Pretoria, 15 avril 2005

Entrée en vigueur : *29 avril 2005 par notification, conformément à l'article 9*

Textes authentiques : *anglais et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Afrique du Sud, 16 février 2010*

[ENGLISH TEXT – TEXTE ANGLAIS]

AGREEMENT BETWEEN

THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF

SOUTH AFRICA AND THE

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF

MOZAMBIQUE REGARDING THE

WAIVER OF VISA REQUIREMENTS FOR

HOLDERS OF ORDINARY

PASSPORTS

PREAMBLE

The Government of the Republic of South Africa and the Government of the Republic of Mozambique (hereinafter jointly referred to as the “Parties” and in the singular as a “Party”);

DESIRING to strengthen the relationship and promote economic, commercial, cultural and social development between the two countries; and

RECOGNISING the historical role played by the movement of people for economic, cultural and social development between the two countries;

HEREBY AGREE as follows:

ARTICLE 1

Waiver of Visa Requirement

- (1) Citizens of one country who are holders of valid ordinary passports or equivalent travel documents in that country shall be allowed to enter into the territory of the other country without visas for visits of up to 30 days for purposes of which a visitor’s permit shall be issued.
- (2) The passports or travel documents referred to in sub-Article (1) must be valid for a period of at least 30 days after entry into the visiting country.

ARTICLE 2

Scope of Application

The waiver of the visa requirement under this Agreement shall not apply to citizens of one country who are holders of a residence, employment or study permit in the other country.

ARTICLE 3

Law Enforcement

This Agreement does not exempt the citizens of one country from the obligations of complying with the domestic law in force in the territory of the other country in respect of entry into, stay and exit from that other country.

ARTICLE 4

Interdict against Entry

This Agreement shall not prohibit a Party from preventing any person, whom that Party considers undesirable, from entry into the territory of that Party.

ARTICLE 5

Suspension of Agreement

A Party may temporarily suspend the application of this Agreement for reasons of public order, national security, safety or public health.

ARTICLE 6

Exchange of Specimens

- (1) The Parties shall exchange specimens of their ordinary passports and travel documents.
- (2) In the event of the introduction of new ordinary passports or modified travel documents, the Party in question shall provide the other Party with specimens of the new passports or new travel documents at least 30 days prior to the date of introduction.
- (3) Specimens of the ordinary passports and travel documents referred to in sub-Articles (1) and (2) shall be exchanged through the diplomatic channel.

ARTICLE 7
Settlement of Disputes

Any dispute between the Parties arising out of the interpretation, application or implementation of this Agreement, shall be settled amicably through consultation or negotiation between the Parties.

ARTICLE 8
Amendment

This Agreement may be amended by mutual consent of the Parties through an Exchange of Notes between the Parties through the diplomatic channel.

ARTICLE 9
Entry into Force, Duration and Termination

- (1) This Agreement shall enter into force on the date on which each Party has notified the other in writing through the diplomatic channel of its compliance with the constitutional and applicable domestic law requirements necessary for the implementation thereof. The date of entry into force shall be the date of the last notification.
- (2) This Agreement shall remain in force, until termination thereof in accordance with sub-Article (3).
- (3) This Agreement may be terminated by either Party giving one (1) month written notice in advance through the diplomatic channel of its intention to terminate it.

IN WITNESS WHEREOF the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed and sealed this Agreement in two originals, in the English and Portuguese languages, all texts being equally authentic.

DONE at *Peñoria* on this *15th* day of *April* /
2005.

Motswagole Mz.
FOR THE GOVERNMENT OF
THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA

[Signature]
FOR THE GOVERNMENT OF
THE REPUBLIC OF
MOZAMBIQUE

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
ÁFRICA DO SUL SOBRE A ISENÇÃO DE VISTOS EM
PASSAPORTES NORMAIS**

O Governo da República de Moçambique e o Governo da República da África do Sul (doravante denominados conjuntamente por “Partes” e separadamente por “Parte”);

Desejando estreitar as relações de cooperação e promover o desenvolvimento económico e comercial, cultural e social;
e

Reconhecendo o papel histórico que o movimento de pessoas representa para o desenvolvimento social, cultural e económico dos dois países;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1
(Isenção do Requisito de Visto)

1. É permitida a entrada para o território de uma das Partes dos cidadãos nacionais de uma das duas Partes, portadores de passaporte normal ou documento equiparado válidos, isentos de visto de entrada para visita até trinta dias para os propósitos para os quais a autorização é concedida.
2. O passaporte ou documento de viagem referidos no n.º1 devem ser válidos por um período de pelo menos trinta (30) dias após a entrada no País visitado.

ARTIGO 2
(Âmbito de Aplicação)

A isenção de visto de entrada prevista no presente Acordo não se aplica para os cidadãos portadores de autorização de residência, emprego e estudos no outro País.

ARTIGO 3
(Cumprimento da Lei)

O presente Acordo não isenta os cidadãos de ambas as partes das obrigações do cumprimento dos procedimentos legais internos relativos a entrada, permanência e saída em vigor no território de cada parte.

ARTIGO 4
(Interdição de Entrada)

Este Acordo não impede as Partes de interditar a entrada nos seus territórios de qualquer pessoa que considerem indesejável.

ARTIGO 5
(Suspensão do Acordo)

O presente Acordo pode ser temporariamente suspenso por cada uma das Partes por razões de Ordem Pública, Segurança Nacional Segurança Pública ou Saúde Pública.

ARTIGO 6
(Troca de Espécimes de Passaportes)

1. As partes devem trocar espécimes de passaportes normais ou documentos de viagem.

2. No caso da introdução de novos passaportes ou modificação de documentos de viagem, a Parte em questão deve fornecer, com antecedência de pelo menos trinta (30) dias, espécimes ou documentos de viagem.
3. Os espécimes dos passaportes normais e documentos de viagem referidos nos números 1 e 2 do presente artigo serão trocados através de canais diplomáticos.

ARTIGO 7 (Resolução de litígios)

Qualquer litígio entre as partes resultante da interpretação ou implementação do presente Acordo, será resolvido por via amigável, através de consultas ou negociações entre elas.

ARTIGO 8 (Emenda)

O presente Acordo pode ser emendado se as partes assim o decidirem, através de troca de notas pela via Diplomática.

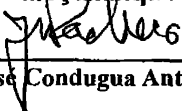
ARTIGO 9 (Entrada em vigor, Duração e Denúncia)

1. O presente Acordo entra em vigor na data em que cada uma das Partes tenha notificado a outra, por escrito, através de canais diplomáticos, sobre o cumprimento dos procedimentos constitucionais e legais internos necessários para a sua implementação. A data da entrada em vigor é a data da última notificação.

2. O presente Acordo permanecerá em vigor até sua denuncia nos termos do n.º 3 do presente Artigo.
3. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes com aviso prévio de um (1) mês, por canais diplomáticos, da intenção de o fazer.

Em testemunho, os signatários, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram e autenticaram o presente Acordo feito em dois originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

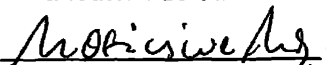
Pelo Governo da República
Moçambique



(José Condugua António Pacheco)

Ministro do Interior

Pelo Governo da República
da África do Sul



(Nosiviwe Mapisa-Nqakula)

Ministra do Interior

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE SUD-
AFRICAINNE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU MO-
ZAMBIQUE RELATIF À LA SUPPRESSION DE VISAS POUR LES DÉ-
TENTEURS DE PASSEPORTS ORDINAIRES

Préambule

Le Gouvernement de la République sud-africaine et le Gouvernement de la République du Mozambique (ci-après dénommés conjointement les « Parties » et au singulier une « Partie »),

Désireux de renforcer les relations et de promouvoir le développement économique, commercial, culturel et social entre les deux pays, et

Reconnaissant le rôle historique joué par la circulation des personnes pour le développement économique, culturel et social entre les deux pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. Suppression de visas

1) Les citoyens d'un pays, détenteurs de passeports ordinaires en cours de validité ou de documents de voyage équivalents dans ledit pays, sont autorisés à entrer sur le territoire de l'autre pays sans visa pour des visites de 30 jours maximum aux fins desquelles un permis de séjour temporaire sera délivré.

2) Les passeports et documents de voyage visés au paragraphe 1 doivent être valables pendant au moins 30 jours à compter de l'entrée sur le territoire du pays visité.

Article 2. Champ d'application

La suppression de visas prévue par le présent Accord ne s'applique pas aux citoyens d'un pays, détenteurs d'un permis de séjour, de travail ou d'études dans l'autre pays.

Article 3. Application des lois

Le présent Accord ne prive par les citoyens d'un pays de l'obligation de respecter les lois internes en vigueur sur le territoire de l'autre pays, qui sont relatives à l'entrée, au séjour et à la sortie dudit autre pays.

Article 4. Interdiction d'entrée

Le présent Accord n'empêche pas une Partie de refuser l'entrée de toute personne considérée comme indésirable sur le territoire de ladite Partie.

Article 5. Suspension de l'Accord

Une Partie peut suspendre temporairement l'application du présent Accord pour des raisons d'ordre public, de sécurité nationale, de sûreté ou de santé publique.

Article 6. Échange de spécimens

1) Les Parties échangeront des spécimens de leurs passeports ordinaires et documents de voyage.

2) En cas d'introduction de nouveaux passeports ordinaires ou de modification des documents de voyage, la Partie en question fournira à l'autre Partie des spécimens de ces nouveaux passeports ou documents de voyage, dans un délai d'au moins 30 jours avant la date d'introduction.

3) Les spécimens des passeports ordinaires et documents de voyage visés aux paragraphes 1 et 2 seront échangés par la voie diplomatique.

Article 7. Règlement des différends

Tout différend entre les Parties résultant de l'interprétation, de l'application ou de la mise en œuvre du présent Accord sera réglé à l'amiable dans le cadre de consultations ou de négociations entre les Parties.

Article 8. Amendements

Le présent Accord peut être amendé par consentement mutuel des Parties dans le cadre d'un échange de notes, par la voie diplomatique.

Article 9. Entrée en vigueur, durée et dénonciation

1) Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle chaque Partie a notifié par écrit à l'autre, par la voie diplomatique, que les exigences constitutionnelles et les exigences du droit interne en vigueur, requises pour sa mise en œuvre ont été respectées. La date d'entrée en vigueur sera celle de la dernière notification.

2) Le présent Accord restera en vigueur jusqu'à sa dénonciation conformément au paragraphe 3.

3) Le présent Accord peut être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties sur notification à l'autre, par la voie diplomatique, de son intention de le dénoncer moyennant un préavis écrit d'un (1) mois.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, ont signé et scellé le présent Accord en double exemplaire en langues anglaise et portugaise, tous les textes faisant également foi.

FAIT à Pretoria, le 15 avril 2005.

Pour le Gouvernement de la République sud-africaine :

Pour le Gouvernement de la République du Mozambique :